

A progressividade revelacional como pressuposto para a interpretação do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento

Paulo Ulisses



INTRODUÇÃO

Atualmente o interesse pela teologia bíblica tem crescido, e de modo especial, as discussões sobre os usos do Antigo Testamento no Novo Testamento também têm ganhado cada vez mais destaque entre os teólogos bíblicos e exegetas, no intuito de expor que entender como esse uso é feito pode enriquecer profundamente a nossa compreensão do Texto Sagrado, tanto em termos do processo natural — AT > NT — quanto partindo do fluxo inverso, numa que toda a Escritura é a Palavra de Deus (2Tm 3.16-17).

Vários critérios têm sido elencados como sendo possíveis perspectivas através das quais os escritores do Novo Testamento observaram os escritos veterotestamentários¹: solidariedade ou representação coletiva; Cristo como representante do

¹ BEALE, G. K. *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação*. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 129–137.

verdadeiro Israel do Antigo Testamento e da Igreja no Novo Testamento; correspondência entre as partes mais antigas apontando para as mais recentes dentro do plano soberano de Deus; cumprimento escatológico em Cristo; centralidade teocêntrica e sua autoria tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento etc.

Nosso objetivo neste ensaio é expandir a compreensão da correspondência entre Antigo e Novo Testamento, propondo ainda outro pressuposto hermenêutico através do qual os escritores neotestamentários interpretaram o Antigo Testamento, qual seja: a progressão da revelação escriturística.

Apesar de a proposta deste artigo estar ligeiramente atrelada a alguns tópicos que inclusive discutem como a passagem histórica do plano redentivo é uma das bases sobre as quais os escritores do Novo Testamento leram e interpretaram o Antigo Testamento, nossa tese é mais específica no que tange a esta temática.

Diversos autores propõem temas² que podem englobar o cânon sob um único prisma teológico: promessa e cumprimento³, a aliança ou pactos⁴, dispensações⁵ etc. Entretanto, todas essas propostas precisam lidar com um avanço — fracionado (como no caso do dispensacionalismo) ou não — não somente histórico, embora seja a causa eficiente desse avanço, mas fundamentalmente no tocante ao próprio teor da revelação.

Antes de adentrar o cerne da discussão sobre o uso do Antigo Testamento no Novo Testamento através de uma perspectiva progressiva, precisamos então entender como se dá a progressão revelacional das informações entregues por Deus ao seu povo, formando aos poucos o cânon que serve de guia para que este possa servir ao Senhor. Assim, traçaremos o conceito de progressão revelacional como um primeiro ponto de discussão, para que então estejamos prontos para ver seu uso pelos escritores neotestamentários. Concluindo nossa análise, exporemos algumas implicações dessa noção na interpretação teológica que pode expandir nossa compreensão do texto sagrado.

² Apesar de apresentar as sugestões e propostas temáticas de diversos teóricos como centro unificador do cânon, nossa perspectiva é a de que esse centro é o trato pactual de Deus com o seu povo, ou, o aliancismo.

³ KAISER, Walter C., Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 14.

⁴ ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 165.

⁵ Ibid., p. 165.

1. PROGRESSÃO REVELACIONAL — CONCEITO

Naturalmente, a compreensão de que Deus se revelou ao homem é uma informação óbvia e basilar para a fé cristã. Não se questiona o dado de que, em algum momento, após a criação ser finalizada, o próprio Criador revelou-se ao homem, fazendo-se conhecido do mesmo. O ponto a ser discutido é a amplitude desta revelação.

Numa que consideramos a revelação bíblica como sendo coesa e suficiente para instrução de todo o povo de Deus, precisamos entender uma distinção que se faz necessária quanto a este tópico. Embora o SENHOR, ao ter criado o homem, tenha revelado seu ser, perfeições e intenções, essa revelação, embora tenha sido *completa*, não era *plena* num primeiro momento. No que tange a isso, há diversos termos já cunhados que tratam de perceber a revelação especial de Deus como sendo progressiva (cf. epigenética, germinal etc.). A tese é de que toda a revelação do Criador foi dada no princípio de maneira satisfatoriamente completa, isto é, aquela primeira revelação de Deus a Adão, registrada em Gênesis 1-3, que demarca o primeiro contato do Criador com o ser humano criado, é plenamente capaz de fornecer a este tudo o que precisa saber para relacionar-se com o SENHOR, sem que haja necessidade de qualquer tipo de adereço externo ou adição à mesma.

Entretanto, completude de teor não significa, nesse caso, alcance pleno ou totalidade. As informações repassadas para Adão foram propositalmente arranjadas de maneira que uma série de passos posteriores eram necessários até que se chegasse ao clímax da mesma revelação. Não se trata de adição de informações no sentido heterogêneo — algo diferente aconteceria ou deveria ser feito — e sim, de aprofundamento de detalhes. O “diamante revelacional” estava ali pronto, porém, em sua forma mais “bruta”, esperando que todo um processo progressivo de “lapidação” fosse iniciado para que então a majestade da revelação fosse exposta.

É salutar que também observemos que o modo através do qual Deus deu-se a conhecer ao homem foi adentrando a própria realidade na qual o ser humano existe, baixando à sua condição de criatura infinitamente inferior, como sugere a Confissão de Fé de Westminster:

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele,

como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.⁶

Neste caso, o pacto estabelecido por Deus com o homem foi o instrumento revelacional usado por ele para relacionar-se com seu povo. Através dessa ação, os veículos da revelação, inexoravelmente, serão o tempo e o espaço, ou, noutras palavras, a própria *história* é a ferramenta que engloba os atos reveladores do SENHOR de maneira orientada e com uma carga significativa tal que não é possível entender as fases progressivas da revelação de Deus sem que haja uma consideração adequada sobre como os próprios acontecimentos traçam o curso de ponto de partida e linha de chegada das ações revelacionais do Criador. Discutindo esse conceito, Ralph Smith questiona:

A revelação deve ser encontrada em eventos ou em palavras? Devemos permitir que a palavra e o evento interajam, não reduzir um ao outro. É necessário haver uma combinação entre o conceito teológico e o fato histórico. Fatos sem palavras (interpretação) são cegos; palavras sem fatos são vazias. [...] No Antigo Testamento, aquilo que move a história ocorre entre Deus e o seu povo.⁷

Assim, há uma conexão fundamental entre história e teologia na revelação de Deus ao seu povo que norteia todos os fatos narrados e princípios elaborados que, como resultado do processo de registro e interpretação destes por meio da inspiração, formam a Escritura Sagrada. Como conceitua Berkhof:

Deus corporificou sua revelação parcialmente⁸ na forma de narrativas históricas. É extremamente importante termos em mente que os fatos históricos narrados na Bíblia também formam parte essencial da revelação divina e devem ser interpretados como tal.⁹

⁶ Assembleia de Westminster, *Símbolos de fé: confissão de fé, catecismo maior e breve catecismo*, 2ª edição, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014, p. 40.

⁷ SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 108.

⁸ Aqui, Berkhof está enfatizando o gênero literário narrativo, aludindo que uma porção da Escritura é constituída por este gênero.

⁹ BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 44.

Seguindo essa fusão de horizontes entre os atos reveladores de Deus e o fluxo histórico no qual ocorrem, precisamos então partir do princípio de que, por serem inseparáveis, definem então uma temática que elucida e embasa essa progressividade revelacional do próprio SENHOR, isto é, se a história comporta os atos de Deus que o revelam, deve haver alguma intenção ou finalidade para tal.

Da mesma forma como foram concebidos conceitos que definem o lócus unificador do cânon (alianças, dispensações, promessa-cumprimento etc.), alguns teóricos, por notarem uma temática central no processo progressivo da revelação de Deus ao homem, propuseram definições quanto a qual é a intenção final e central do SENHOR ao longo do fluxo histórico-progressivo da revelação divina. Como dito, se a história é o instrumento através do qual Deus se revela ao seu povo, há algum objetivo basilar ou vontade maior que evite que a história seja um conglomerado de fatos aleatórios sem qualquer gerência, e sim, um enredo coeso que tem um começo, meio e fim. Não se trata de discutir o andamento — já deve ter ficado clara sua inquestionável existência — o ponto agora é notar qual a intenção divina ao operar esse andamento da forma como fez ou faz.

Alguns exemplos dessas sugestões poderão elucidar o argumento. O. Palmer Robertson asserta que a causa motora de todo movimento histórico em progresso dá-se por meio da temática do que ele chama de “princípio Emanuel”:

Ao longo do registro bíblico da administração da aliança feita por Deus, uma frase única se repete como sumário da relação pactual: “Eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo”. A constante repetição dessa frase, indica a unidade da aliança de Deus. Essa frase pode ser considerada como o “princípio Emanuel” da aliança. O coração da aliança é a declaração de que “Deus está conosco”.¹⁰

É válido ressaltar que Robertson neste ponto está elaborando a unidade temática das alianças que Deus estabeleceu ao longo da história, porém, é exatamente esse tema, de acordo com sua percepção, que norteará o tratamento do SENHOR para com seu povo, revelando paulatinamente seu desejo de habitar no meio dele para sempre. O progresso histórico-revelacional gira em torno desta intenção divina.

¹⁰ ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 45.

Outra proposta que labuta em demonstrar o caminhar da progressão planejada de Deus em mostrar-se é exposta por James Hamilton, que enfatiza a ideia de que o que guia a passagem histórica é o desejo do SENHOR em expor sua glória na salvação de seu povo por meio do derramar do juízo sobre o mal:

A Bíblia, é claro, está repleta de temas, e cada um desses brilha com a glória de Deus. Estes temas fluem todos, e voltam a fluir para a glória de Deus. Instituir e lançar estes temas é o fundamento da justiça de Deus, sobre o qual ele constrói uma torre de misericórdia, a fim de fazer um nome para si. [...] Quando Deus traz salvação mediante o juízo, a justiça serve como o pano de fundo escuro sobre o qual Deus mostrará o diamante de sua misericórdia. A pedra reluzente, o pano de contraste, e a luz que brilha sobre ambos são o resultado de uma demonstração da glória de Deus de tirar o fôlego. O tema central da Bíblia é a glória de Deus, por meio do juízo.¹¹

Por fim, uma ideia um tanto mais moderna, porém não menos esclarecedora, aparece na perspectiva de ver a história como um grande enredo metanarrativo de encenação de um drama cósmico que possui Deus como diretor e personagem principal. A revelação de Deus (Escritura Sagrada) é o enredo que encerra a história debaixo de um elaborado “teodrama” do qual todos participam como atores. Nesta proposta, a ação do diretor e protagonista consiste em “trazer de volta do exílio” ou em “reconstruir o templo”, expressões que são eivadas da significação redentora clarificada no movimento histórico-progressivo do povo de Israel no Antigo Testamento e que alcança de maneira macrocósmica e análoga a igreja no Novo Testamento:

[...] O drama da redenção é uma grande odisséia dupla, em que a humanidade, junto com o restante da criação, perde-se no caminho e encontra o caminho de casa somente porque Deus sai de casa a fim de trazer todos de volta. As Escrituras retratam um drama de aliança que *avança movido pelo amor de Deus*. É um drama em que Jesus recapitula a história de Israel e encena o futuro de forma nova e inesperada. O drama é estruturado por um padrão de “volta” (do exílio)

¹¹ HAMILTON, James M. *O que é teologia bíblica: um guia para a história, o simbolismo e os modelos da Bíblia*. São José os Campos, SP: Editora Fiel, 2016, p. 41.

e reconstrução” (do Templo). “Volta” e “reconstrução” não são apenas momentos passados na história de Israel, mas momentos — *movimentos*, missões — no *drama da redenção* em curso.¹²

É pertinente para nossa análise da progressão revelacional percebermos que, não importando qual alternativa sobre o tema do movimento histórico escolharmos, nos depararemos inevitavelmente com um tópico-chave: a *redenção*. Os desdobramentos perspectivos que especificam esse assunto, como dito, podem variar, mas, se queremos compreender qual é o “fio de ouro” que perpassa a revelação de Deus de maneira cada vez mais detalhada, necessitamos reconhecer que a redenção da criação focalizada no povo eleito de Deus por meio de Jesus Cristo é a força que vira cada página da revelação divina:

A Bíblia é tanto o registro dos atos salvadores de Deus quanto a explicação deles e, portanto, tem necessariamente um caráter *histórico-progressivo*. [...] A revelação de Deus não é apenas progressiva; é fundamentalmente histórica em seu caráter. Assim, por exemplo, a crucificação e a ressurreição de Cristo são eventos objetivos na história que não apenas revelam algo sobre *Deus e a redenção*, mas eventos que realmente conquistam a redenção. A Bíblia, portanto, não é meramente uma história contada por humanos sobre a salvação que Deus lhes dá; é uma história encenada e depois explicada por Deus sobre Deus. Há um foco em Deus em tudo isso, pois Deus objetivamente e concretamente invade a história humana e age para redimir seu povo para sua própria glória. Assim, na teologia bíblica, falamos de história da redenção. [...] *Há uma natureza orgânica na revelação progressiva de Deus e em seu plano redentor*. Ele não funciona simplesmente como um canteiro de obras, que se move progressivamente da planta para a construção acabada. Em vez disso, ele se desdobra e se desenvolve da forma de uma semente para uma árvore adulta. Na forma de semente, o mínimo e o começo da revelação salvadora são dados. Ao final, essa verdade simples revela-se complexa e rica, multifacetada e profundamente bela.¹³

¹² VANHOOZER, Kevin J. *O drama da doutrina: uma abordagem canônico-linguística da teologia cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 72.

¹³ LAWRENCE, Michael. *Teologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle. Posição Kindle 398 de 4190.

Assim, a salvação ou redenção é a força motriz da história e, como tal, é a base da progressão revelacional que tem por objetivo totalizar aquela revelação dada no início do contato de Deus com o homem.

Estabelecido o conceito de progressividade revelacional, qual seja, o movimento histórico-redentivo em que Deus mostra-se ao seu povo de maneiras cada vez mais detalhadas, expondo seu grande plano e propósito, focaremos em apontar como essa compreensão pressuposicional estava arraigada na mente dos escritores do Novo Testamento e em como eles a usaram para interpretar o Antigo Testamento.

2. PRESSUPOSIÇÃO PROGRESSIVA-REVELACIONAL DOS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO

Como os escritores neotestamentários expuseram a hermenêutica progressiva-revelacional em seus textos? De que forma esse pressuposto moldou a forma como viram o evento da revelação final de Deus em Cristo? Essas e outras perguntas, naturalmente, são o foco de nossa pesquisa neste artigo e agora é chegado o momento de abordá-las finalmente.

De acordo com o que demonstramos na conceituação, o pressuposto da progressividade revelacional não é uma alternativa ou ferramenta hermenêutica que pode servir de base para uma compreensão mais acurada da revelação, mas é uma característica que compõe sua natureza e, sem observar esse movimento epigenético, fatalmente leremos a Escritura de maneira estanque ou concentrando atenção num ponto específico da história, o que inviabiliza a compreensão da temática anexada ao texto. Não estamos propondo duas significações para o texto bíblico: aquela que pode ser obtida por meio de uma consideração completa (tendo em vista a progressão revelacional), ou, uma leitura focal a fim de descobrir a mensagem registrada em determinado ponto da história da redenção sem considerar a unidade canônica. Somente será possível compreender a mensagem da Palavra de Deus se a tomarmos como uma revelação que progrediu até que alcançasse sua plenitude. É exatamente por não levar isso em consideração que muitas pessoas não conseguem transitar da intenção pontual do texto para seu alcance à luz do desenvolvimento revelacional.

Esse equívoco ocorre mais comumente quando alguns tentam ler passagens do Pentateuco, por exemplo, sem compreender que naquele estágio da revelação as informações possuíam uma finalidade dinâmica e não fixa. Textos que falam

sobre como o pecado deveria ser tratado (pena de morte, exílio [ex. Êx 21.12-36], sacrifícios [ex. Lv 1-7]) ou leis civis que permitiam a obtenção de escravos (Lv 15.12-18), se forem lidos sem essa consideração de movimento em direção a um ponto mais detalhado e abrangente, principalmente no que concerne a como o texto em questão aponta para o processo redentivo, serão traduzidos ou interpretados de maneira errada, e até mesmo contrapondo o próprio significado do texto.

Tomemos como estudo de caso a legislação em relação ao assassino culposos (aquele que matou sem essa intenção), como é a situação de Números 35.9-12:

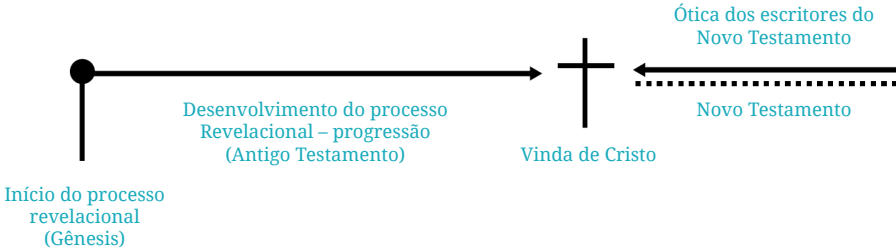
Disse mais o SENHOR a Moisés: Fala aos filhos de Israel e dize-lhes: Quando passardes o Jordão para a terra de Canaã, escolhei para vós outras cidades que vos sirvam de refúgio, para que, nelas, se acolha o homicida que matar alguém involuntariamente. Estas cidades vos serão para refúgio do vingador do sangue, para que o homicida não morra antes de ser apresentado perante a congregação para julgamento.

Alguém poderia interpretar a passagem de maneira a considerar, por exemplo, que a lei é parcial ao assassino, numa que providencia que o mesmo possa fugir após ter cometido um crime. Porém, levando em consideração não só a finalidade desta lei, que é garantir que o assassino culposos possa ter um julgamento onde alguma misericórdia possa lhe ser demonstrada, através do pressuposto histórico-progressivo, o texto culmina diretamente em Cristo — para onde todo pecador pode fugir, a fim de que seja julgado e absolvido, mediante a propiciação executada pelo próprio Deus a seu favor por meio do sacerdócio de Jesus. É um exemplo muito simples e talvez até superficial, porém, a dinâmica interpretativa de textos do Antigo Testamento na atualidade possui uma tendência de enxergar não um progresso, mas um contraponto ou antítese entre os Testamentos, por não considerar o fluxo contínuo da revelação que caminha para um alvorecer redentivo em Cristo: o prisma que lança luz sobre todas as sombras da administração veterotestamentária e embasa a compreensão dos autores do Novo Testamento, proporcionando aplicações salutares àqueles que estão debaixo da Nova Aliança.

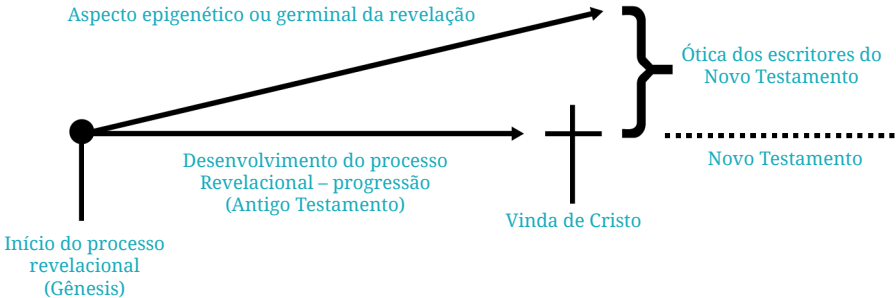
Os escritores do Novo Testamento estavam não somente atentos às revelações que “rugiam os tambores” para a chegada do personagem central da trama bíblica — o Messias — mas analisaram os passos de desenvolvimento da própria

revelação veterotestamentária e puderam assim unir seus horizontes, tanto em relação ao evento cristológico quanto à carga de informações que o precedeu. Os autores do Novo Testamento identificaram Cristo e sua vinda, não de maneira pontual, como se de uma vez concebessem que Jesus era o Cristo, mas o fizeram levando em consideração o cumulativo de informações que progrediu ao longo da história. Assim, quando o Messias se revelou no cenário histórico, os apóstolos e demais escritores do Novo Testamento apontaram para ele como sendo o cumprimento das profecias e promessas do Antigo Testamento, não somente observando como ele propunha que o era através de sinais, milagres ou coisas do gênero, mas viram que tudo isto correspondia harmonicamente ao enredo histórico-progressivo que “desenrolou o tapete vermelho da redenção” para que o Messias (Cristo Jesus) pudesse enfim chegar. O esquema a seguir elucida a percepção dos escritores neotestamentários em relação à progressão revelacional e seu clímax em Cristo:

Esquema 1: Suposição *incorreta* sobre a perspectiva dos escritores do Novo Testamento.



Esquema 2: Suposição *correta* sobre a perspectiva dos escritores do Novo Testamento.



Poderá ser útil à compreensão usarmos como paralelo conceitual a perspectiva do Dr. Gregory Beale quanto a visão dos autores veterotestamentários; o que ele chama de “visão periférica”. Em suas palavras:

A noção de conhecimento periférico cognitivo ajuda a entender melhor o fato de as asserções humanas terem significados explícitos e implícitos. Todos os seres humanos têm visão central e visão periférica. A visão periférica é definida, em regra, como a capacidade de enxergar objetos e *movimentos* fora da linha direta do olhar. [...] Embora a compreensão divina transcenda a intenção consciente do autor humano, ela não deixa de ter uma relação orgânica com o entendimento humano do autor ou seu “tipo pretendido”. O conhecimento de Deus, mais completo que o conhecimento consciente do profeta, seria uma conotação interpretativa que caberia dentro do “tipo pretendido” do autor humano. Se alguém lhe perguntasse sobre isso mais adiante, o profeta diria: “Sim, é esse mesmo o significado mais amplo e completo daquilo que eu quis dizer originalmente”. Somos obrigados a reconhecer que, em todos os casos, Deus tinha uma compreensão mais abrangente que a dos autores bíblicos quando estes escreveram.¹⁴

Em resumo, a proposta do Dr. Beale é a de que havia um significado mais abrangente e amplo nas palavras proferidas pelos profetas e demais escritores veterotestamentários, palavras essas que ansiavam por um aprofundamento em progressão, até que toda carga germinal contida na palavra se desdobrasse, atingindo a plenitude de significado pretendida pelo autor divino. Michael Lawrence, de maneira análoga, exemplifica essa perspectiva de outra forma:

Os profetas veem as montanhas no horizonte distante como uma linha única e bidimensional. Uma vez que chegamos à história e viajamos por essas montanhas, descobrimos que existem várias serras, em diferentes distâncias. Isso significa que a maioria das profecias, se não todas, têm múltiplos horizontes de cumprimento. Por exemplo, no fluxo da narrativa de Isaías, o “sinal de Emanuel” em Isaías 7 é cumprido em Isaías 8 com o próprio filho de Isaías. Mas essa é apenas

¹⁴ BEALE, G. K. *O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento e suas implicações hermenêuticas*. São Paulo, Vida Nova, 2014, p. 13, 46-47.

a primeira fileira de montanhas. Atrás e elevando-se acima dessa fileira está o cumprimento final do texto no nascimento de Jesus Cristo. [...] Precisamos lembrar que a revelação é progressiva e, na revelação de Jesus Cristo, recebemos o ponto principal e o final da história. Isso significa que temos uma vantagem sobre os leitores do Antigo Testamento. Nós trabalhamos partindo da história de toda a Bíblia até a profecia, e não o contrário. Como Pedro nos assegura em 1Pedro 1.10-13, o evangelho nos dá uma visão mais clara até mesmo do que os profetas do Antigo Testamento tinham. Portanto, o Novo Testamento determina o significado final da profecia do Antigo Testamento, e não o contrário.¹⁵

Os escritores veterotestamentários, ao receberem as revelações de Deus, tinham a capacidade de ver o ponto final, ou seu cumprimento, conforme o momento e o teor da revelação que recebiam permitia — embora não detivessem todos os detalhes da realização última de suas palavras, por isso, aguardavam o movimento progressivo revelacional. Nossa proposta caminha de maneira paralela embora na “contramão”: propomos uma “visão periférica às avessas”. Os escritores do Novo Testamento estão olhando “do pico da segunda montanha” (o cumprimento final e pleno da revelação: Cristo), visualizando para toda a “cordilheira revelacional” que a progressão proporcionou até que atingisse o clímax, conforme demonstra a ilustração:

Ilustração: visão dos autores AT/NT



¹⁵ LAWRENCE, Michael. *Teologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle. Posição Kindle 798, 803, 820 de 4190.

O montante de informações que progrediu ao longo dos movimentos divinos em revelar-se ao seu povo, tornou a visão e perspectiva dos autores do Novo Testamento clarificada quanto a encarnação de Cristo e o que ela representava: o último ato revelacional de Deus no processo histórico-redentivo. À luz disso, resta-nos a verificação do princípio apresentado através do próprio Novo Testamento. Para isso, analisaremos três textos neotestamentários que expõem essa consideração progressivo-revelacional como base argumentativa: Gálatas 4.1-7, Hebreus 1.1-4 e 2Pedro 1.16-21.

Gálatas 4.1-7:

Digo, pois, que, durante o tempo em que o herdeiro é menor, em nada difere de escravo, posto que é ele senhor de tudo. Mas está sob tutores e curadores *até ao tempo predeterminado pelo pai*. Assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo; vindo, porém, *a plenitude do tempo*, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus.

Após uma longa sequência de exortações — muitas delas contundentes — o apóstolo Paulo resolve expor aos gálatas o argumento que encerra a inutilidade da ideia de que a salvação pode ser conquistada pelas obras da Lei, com o tema da “plenitude dos tempos”. O argumento é trabalhado em torno de uma analogia com a pedagogia greco-romana que fazia parte da cultura da época.

Nos versos 1-2 o apóstolo apresenta a consideração de que o filho de um grande senhor está numa condição de igualdade com a de um escravo em relação ao desfrutar da herança de seu pai, isto é: por ser pouca a sua idade é incapaz de recebê-la. Assim, necessita de um “tutor” (gr. “ἐπιτρόπους”) alguém que o preserve até que a maturidade seja atingida a contento do pai, tornando seu filho apto a receber a herança. Esse “tutor” no argumento paulino é a Lei, que não serve como meio de salvação, mas como instrumento usado por Deus para conduzir seu povo a Cristo até que o tempo propício chegue. O ponto em questão e que converge para nossa análise é exatamente a espera da maturidade.

A aplicação dessa exemplificação ocorre nos versos de 3 a 4, em que Paulo alega que, da mesma forma como o filho do senhor (o povo de Deus no NT) aguarda, sob instrução do tutor (Lei), a chegada da maturidade, “assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo (processo de tutela sob a lei e espera do movimento histórico-progressivo da redenção). Em vindo, porém, a “plenitude do tempo”, isto é, de acordo com o tempo predeterminado pelo Pai (v. 2), o fluxo histórico-progressivo atingiu o clímax na vinda de Cristo ao mundo, este sim, sendo o instrumento da salvação do povo eleito de Deus, torna-nos filhos do Pai por adoção, proporcionando o estágio final de nossa maturação, tornando-nos aptos a receber a herança: “a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos (efeito da chegada de Cristo — plenitude do tempo), enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho (aptidão e maturação), que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus (consequência).

Para vencer o apelo legalista dos judaizantes que estavam percorrendo o caminho inverso do progresso histórico-redentivo, violando o texto veterotestamentário em seu significado, Paulo usa o progresso da revelação culminante em Cristo, baseado em todo o avanço temporal e cumprimento das promessas de Deus, que serviu para maturar-nos e preparar-nos para esse momento apoteótico da história da redenção. Como salienta Ridderbos comentando Gálatas 4.1-7 e 2Coríntios 6.2 (esta última passagem também trazendo uma perspectiva temporal e progressiva do plano redentivo):

Com “plenitude do tempo” não está se falando, *apenas*, da maturação de uma determinada questão dentro da grande estrutura da história redentora, mas do cumprimento do tempo num sentido absoluto. [...] Esse início de um grande tempo de salvação não é afirmado com menos clareza em 2Coríntios 6.2 onde o apóstolo aponta o dedo para a sua presença: “eis agora o tempo sobremodo oportuno, eis, agora, o dia da salvação!”. Aqui também, deve-se entender que as expressões: “tempo sobremodo oportuno” e “dia da salvação” não são, simplesmente, um determinado acontecimento salvador ou uma oportunidade que deve ser usada e que, talvez, venha a desaparecer novamente. Não desejar comunicar outra coisa senão que a vinda decisiva e há muito esperada de Deus

finalmente raiou, a hora das horas, o dia da salvação no *sentido realizador e escatológico da palavra*.¹⁶

A plenitude do tempo de que fala o apóstolo Paulo remete ao trato que Deus providenciou ao longo da história redentiva, num primeiro momento através da Lei que nos colocou sob seu tutorado, aplainando os caminhos, para que então o apogeu da revelação divina pudesse entrar em cena, a saber, Cristo Jesus e sua obra.

Hebreus 1.1-4:

Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu ser sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da majestade, nas alturas, tendo-se tornado tão superior aos anjos quanto herdou mais excelente nome do que eles.

Uma consideração equivalente é usada pelo escritor da carta aos hebreus em sua introdução. É ponto comum que o autor deste texto se vale de diversas comparações e usos do Antigo Testamento para sua argumentação exortativa, encorajando os crentes a permanecerem firmes na fé cristã. Contudo, sua consideração didática é explicitada de maneira resumida em sua abertura.

A tese em questão é a de que a revelação divina ocorreu em tempos passados “diversas vezes” (gr. Πολυμερῶς) e de “muitas maneiras” (gr. πολυτρόπως) objetivando que, por meio delas, o plano redentivo de Deus fosse apresentado de forma a apontar para uma culminância no envio do Filho no tempo determinado (gr. ἐπ’ ἐσχάτου τῶν ἡμερῶν = “sobre/para estes últimos dias”). Esse alcance progressivo da revelação balanceia o teor de toda a carta de acordo com o uso de definições apresentadas ao longo do corpo do texto, considerando a superioridade de Cristo sobre os modos de revelação (v. 1) extraídos do Antigo Testamento:

¹⁶ RIDDERBOS, Herman. *A teologia do apóstolo Paulo: a obra clássica sobre o pensamento do apóstolo dos gentios*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 48.

- Introdução: a superioridade de Cristo: a era escatológica cumprida: 1.1 – 2.18
- Um melhor profeta (superior a Moisés): 3.1 – 4.13
- Um melhor sacerdote (superior a Arão): 4.14 – 7.28
- Uma melhor aliança: 8.1 – 9.28
- Um melhor sacrifício: 10.1-31
- Um melhor caminho: 10.32 – 12.29
- Aplicações: 13.1-25

Considerando esse balanço, cada um dos tópicos acima destacados apresenta como *superior* (gr. “κρείττων”) o cumprimento e chegada do clímax da revelação divina em Cristo. É importante que percebamos que o autor não necessita fazer uma análise de cada faceta do movimento progressivo-revelacional em termos de compreender cada aspecto ou “evolução” no fluxo histórico-redentivo para que possa então chegar à conclusão de que a vinda de Jesus atinge o auge da revelação divina. Para o autor, é suficiente destacar que todas aquelas anteriores formas de revelação traziam consigo o aspecto progressivo e tipológico que apontavam para a excelência e supremacia da final revelação do Deus Trino em Cristo: aquele para onde converge toda a revelação:

O tema central de Hebreus é Cristo. Ele é supremo e está acima dos anjos (cap. 1), acima de Moisés (cap 3.1-6), acima de Josué (4.9) e de Melquisedeque (cap. 7). Tudo isso, porém, não era tão inovador assim que não tivesse raízes ou não fosse antecipado na revelação de Deus até aquele momento. Pelo contrário, tudo aconteceu exatamente como havia sido previsto no plano da promessa de Deus. [...] A segunda geração de crentes hebreus precisava saber que, assim como Deus falara no passado a seus ancestrais pelos profetas, usando diferentes modos e meios em épocas diferentes, assim também ele continuava a comunicar-se com todos nós “nestes últimos dias” por seu Filho Jesus.¹⁷

Os modos através dos quais o SENHOR revelou-se no passado germinaram (i.e. progrediram) na maravilhosa e final demonstração de seu ser e obras através

¹⁷ KAISER, Walter C. Jr., *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 382, 383.

de Cristo Jesus. Para o escritor Aos Hebreus isto era argumento suficiente para que os crentes suportassem quaisquer dificuldades, visto que desfrutavam de uma comunicação muito mais intensa e ampla com Deus do que aqueles que visualizaram o cumprimento das promessas através daqueles meios revelacionais anteriores.

2Pedro 1.16-21:

Porque não vos demos a conhecer o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo seguindo fábulas engenhosamente inventadas, mas nós mesmos fomos testemunhas oculares da sua majestade, pois ele recebeu, da parte de Deus Pai, honra e glória, quando pela Glória Excelsa lhe foi enviada a seguinte voz: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo”. Ora, esta voz, vinda do céu, nós a ouvimos quando estávamos com ele no monte santo. *Temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vosso coração*, sabendo, primeiramente, isto: que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo.

Esta epístola é uma exortação franca contra os falsos ensinamentos e falsos mestres que estavam se infiltrando na igreja, desviando os crentes do mandamento do SENHOR ensinado através dos apóstolos (2.1). O ponto focal da epístola é demonstrar para os crentes o caráter equivocado dos hereges, que negavam, dentre tantas doutrinas, a segunda vinda de Cristo Jesus e sua obra redentiva. É exposto pelo autor um contraste entre o conhecimento falso, proveniente dos erros propalados, e o verdadeiro conhecimento, oriundo das Escrituras Sagradas (1.19).

Os falsos mestres negavam frontalmente os ensinamentos de Cristo, questionando o cumprimento profético de sua segunda vinda. O argumento apologetico de Pedro, em primeiro lugar, demonstra que todas as profecias veterotestamentárias apontavam também para a primeira vinda de Cristo e como essas profecias são as palavras do próprio Deus em benefício de seu povo eleito, numa que foram dadas com o fim de expor o compromisso divino através do plano redentivo. Assim, o primeiro passo de Pedro é apresentar aos crentes as profecias como sendo garantias da salvação que agora desfrutam. O principal ponto que se refere ao tema deste ensaio é a progressividade do plano redentor, que demarca o movimento histórico que garantiria a chegada de Cristo. Para

isso, uma metáfora é usada pelo autor: a comparação da palavra profética a uma “candeia que brilha em lugar tenebroso”, e a realização da profecia — a chegada de Jesus — como a luz da “estrela da alva” que aponta para o raiar do dia (v. 19).

O autor enfatiza e embasa sua exortação no plano redentivo e progressivo de Deus, que aos profetas demonstrou a exuberância da redenção no Messias, através das profecias entregues aos antigos que demarcavam o percurso epigenético da revelação, até que a etapa final e principal da obra salvadora atingisse sua plenitude. Walter Kaiser, observando o argumento de Pedro em sua primeira carta (1Pe 1.10-12) — que também faz parte da tese trabalhada nesta segunda obra — contra os falsos mestres, exortando a igreja, salienta os pontos elucidados pelo autor desta epístola:

[...] Os profetas prometeram a vinda do Messias e descreveram quais seria algumas de suas obras. Eles sabiam pelo menos cinco fatos (1) *que estavam apontando para o Messias*; (2) que o Messias sofreria; (3) que ele seria glorificado; (4) *que a ordem desses dois últimos eventos já havia sido determinada*, porque em seguida viria a glória; e (5) *que eles não ministravam apenas para seus dias, mas também para o público dos dias de Pedro – isto é, para a igreja*. O que eles não sabiam: (1) a hora exata e (2) *as circunstâncias que envolveriam o evento da primeira vinda*.¹⁸

A ênfase na promessa profética garante que o plano ou percurso histórico traçado por Deus haveria de ser concluído com a primeira vinda de Cristo. O argumento então segue para uma consequência e dinâmica semelhante: se Deus o Pai, desde os tempos antigos, garantiu ao seu povo o avanço de seu plano revelacional e, portanto, redentor, que culminaria em Cristo e no cumprimento das promessas, da mesma forma haverá de ser executada a consumação desse plano com a segunda vinda do SENHOR, logo “[...] temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que torna o argumento da progressividade revelacional como pressuposto para interpretação do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento algo

¹⁸ KAISER, Walter C. Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 363.

comum a todos estes e não uma peculiaridade coincidente a Paulo, ao escritor da epístola aos Hebreus e a Pedro? Como é possível atestar que a natureza progressiva da revelação é de fato um dos pontos que compõe o lócus hermenêutico do Novo Testamento?

Em primeiro lugar, e estando acima de todos os argumentos, é basilar a perspectiva de que, antes de a revelação divina registrada nas Escrituras Sagradas ter sua gênese na iniciativa humana, ela é fundamentalmente fruto da ação divina, ou seja, o ponto que unifica a Palavra de Deus através de uma coesão e coerência tal que seja possível que suas partes, embora sendo compostas pela escrituração de vários autores humanos, vivendo em épocas diferentes — e consequentemente em momentos distintos no fluxo histórico-progressivo — sob um único tema, é o fato de o Espírito Santo a ter inspirado e supervisionado seu registro. A resultante inevitável dessa conclusão é a de que a progressividade revelacional é um dos pressupostos para a interpretação do Antigo Testamento pelos autores neotestamentários devido a Escritura Sagrada ser o registro da vontade e ação divina em revelar-se e redimir seu povo.

Assim, os autores do Novo Testamento, embora estejam numa condição superior à dos escritores do Antigo Testamento (por estarem vivendo na era da revelação final de Deus em Cristo e após ela, como já argumentado), estão ligados a eles, pois são da mesma forma instrumentos para o registro da revelação divina.

Isto posto, concentramo-nos neste artigo em expor que a progressão revelacional faz parte do bojo hermenêutico dos escritores do Novo Testamento em sua tarefa interpretativa do Antigo Testamento. Eles possuem uma unificação de horizontes quanto ao ato de registrar a revelação divina, bem como estão posicionados — em relação ao plano redentor histórico-progressivo — no “cume da montanha”, isto é, no ponto convergente de todo fluxo de ações de Deus em mostrar-se ao seu povo. Assim, a redenção executada finalmente em Cristo amplia seus olhares observando a germinação da semente revelacional na árvore majestosa das ações salvadoras do Deus Trino.

As implicações dessa perspectiva não poderiam ser outras, senão a de que nós, como igreja do SENHOR, inclusos como receptores, tal qual Israel no Antigo Testamento, das revelações divinas através da Escritura Sagrada, devemos lê-la também continuando o movimento realizado pelos apóstolos e demais escritores neotestamentários, partindo de uma revelação germinal ou embrionária, traçando

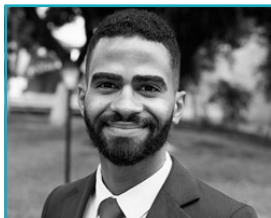
todo o percurso ascendente da história da redenção, até chegarmos invariavelmente em Cristo Jesus, momento em que as sombras ou limitações das demonstrações divinas anteriores são finalmente ampliadas, exibindo a magnitude do que Deus estava fazendo em Jesus na cruz.

A progressão revelacional dá o tom dinâmico e amplo que deve ser observado ao nos debruçarmos sobre o Texto Sagrado a fim de entendê-lo. O Deus da história se revelou didática e progressivamente, mostrando-nos, ponto após ponto da realidade histórica, o quanto sua glória é sublime em seu Filho, o qual é “o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim” (Ap 22.13) de toda ação revelacional de Deus na história.

Cristo triunfa!

REFERÊNCIAS

- Assembleia de Westminster, *Símbolos de fé: confissão de fé, catecismo maior e breve catecismo*, 2ª edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014.
- BEALE, G. K. *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação*. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- HAMILTON, James M. *O que é teologia bíblica: um guia para a história, o simbolismo e os modelos da Bíblia*. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2016.
- KAISER, Walter C., Jr. *O plano da promessa de Deus: teologia bíblica do Antigo e Novo Testamentos*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- LAWRENCE, Michael. *Teologia bíblica na prática: um guia para a vida da igreja*. Edição de Kindle.
- RIDDERBOS, Herman. *A teologia do apóstolo Paulo: a obra clássica sobre o pensamento do apóstolo dos gentios*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- ROBERTSON, O. Palmer. *O Cristo dos pactos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- VANHOOZER, Kevin J. *O drama da doutrina: uma abordagem canônico-linguística da teologia cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016.



Paulo Ulisses

Sobre o autor

Pastor auxiliar na Igreja Presbiteriana de Jaboatão dos Guararapes, Recife-PE. Bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte e pós-graduando em teologia exegética pela mesma instituição.